



Presidente p.2

“Um mandato auspicioso para os portugueses”



Presidente p.5

Mudança estrutural iniciada em 2011 deu “resultados positivos”

POVO LIVRE



nº 1914

16 de março de 2016

Director: Miguel Santos
Periodicidade Semanal - Registo na ERC
nº 105690 - Propriedade: PSD

Portugal precisa de mais ação e de menos espetáculo



Pedro Passos Coelho esteve no encerramento de um colóquio organizado pelo PSD de Boticas



Marcelo Rebelo de Sousa tomou posse como 20.º Presidente da República

“Um mandato auspicioso para os portugueses”

Marcelo Rebelo de Sousa “não terá uma Presidência da República simples”, mas contará “com toda a disponibilidade dos portugueses e do PSD”, desejando um mandato “auspicioso para os portugueses”. À entrada para a cerimónia da tomada de posse de Marcelo Rebelo de Sousa, que decorreu dia 9, no parlamento, Pedro Passos Coelho começou por enaltecer o “elevado sentido de Estado” de Cavaco Silva, a quem o país “ficará a dever muito” pela forma “como serviu os países e os portugueses e não se serviu do seu lugar”. “Os tempos em que vivemos não são tempos fáceis. [Marcelo Rebelo de Sousa] Não terá uma Presidência simples, com certeza, mas contará, tenho a convicção, com toda a disponibilidade dos portugueses e do PSD seguramente para que o seu mandato possa significar, para todo o país, um exercício elevado de política, com sentido de Estado, com muita responsabilidade”, afirmou.

Passos Coelho aproveitou para dirigir ao futuro Presidente da República “uma saudação muito amiga e muito especial” e “desejar que o seu mandato seja auspicioso para os portugueses”. Na opinião do ex-primeiro-ministro todos os Presidentes da República devem “dar esse exemplo a todos os outros de diálogo, de esforço pelo país”, considerando que “o país bem precisa, nos tempos mais próximos, de ter políticos que possam dedicar-se à sua causa”.

Sobre Cavaco Silva, Passos Coelho destacou ainda que foi um “homem com elevado sentido de Estado, com uma influência muito grande apesar de discreta em todo o tempo de governação que veio desde 2005 até hoje”. “Tenho a certeza que o país lhe ficará a dever muito, quer

na maneira como exerceu o seu mandato, quer sobretudo na forma como serviu os países e os portugueses e não se serviu do seu lugar”, sublinhou.

O novo chefe de Estado prometeu que será o Presidente de “todos sem exceção”, do princípio ao fim do



mandato, sem querer ser mais do que a Constituição permite ou aceitar menos do que a Lei Fundamental impõe. “Um Presidente que não é nem a favor nem contra ninguém. Assim será politicamente, do princípio ao fim do seu mandato”, afirmou Marcelo Rebelo de Sousa, no discurso na cerimónia em que tomou posse como Presidente da República, que decorreu na Assembleia da República, e que foi aplaudido no final pelas bancadas de PSD, PS e CDS de pé. O deputado único do PAN aplaudiu sentado, enquanto as bancadas do PCP, BE e PEV não aplaudiram o discurso do novo Presidente da República.

Marcelo Rebelo de Sousa acrescentou que será socialmente a favor do jovem que quer exercitar as suas qualificações e procura emprego, da mulher que espera ver mais reconhecido o seu papel num mundo ainda tão desigual, do pensionista ou reformado que sonhou com um 25 de Abril que não corresponde ao seu atual horizonte de vida, do cientista à procura de incentivos sempre adiados ou do agricultor, comerciante e industrial, que, dia a dia, sobrevive ao mundo de obstáculos que o rodeiam.

“De todos estes e de muitos mais”, declarou, falando igualmente do trabalhador por conta de outrem e do trabalhador independente, que pagam os impostos que sustentam os sistemas que protegem os que mais sofrem e das instituições que cuidam de muitos. “O Presidente da República é o Presidente de todos. Sem promessas fáceis, ou programas que se sabe não pode cumprir, mas com determinação constante. Assumindo, em plenitude, os seus poderes e deveres”, frisou.

Assegurando que não quer “ser mais do que a Constituição permite”, nem “aceitar ser menos do que a Constituição impõe”, Marcelo Rebelo de Sousa prometeu que, nos próximos cinco anos será “um servidor da causa pública”.

“O Presidente da República será, pois, um guardião permanente e escrupuloso da Constituição e dos seus valores”, garantiu o chefe de Estado, ele próprio um antigo deputado constituinte, apontando o respeito da dignidade da pessoa humana como o ‘primeiro’ valor a ‘guardar’.

“De pessoas de carne e osso. Que têm direito a serem livres, mas que têm igual direito a uma sociedade em que não haja, de modo dramaticamente persistente, dois milhões de pobres, mais de meio milhão em risco de pobreza, e, ainda, chocantes diferenças entre grupos, regiões e classes sociais”, disse, numa passagem do discurso bastante aplaudida, onde falou igualmente do imperativo de lutar por mais justiça social e do dever de continuar a assumir o mar como prioridade nacional.

Falando perante mais de 500 convidados e dos 230 deputados da Assembleia da República, Marcelo Rebelo de Sousa fez ainda referências ao poder político democrático, sublinhando que, “nos seus excessos dirigistas”, não deve impedir “o dinamismo e o pluralismo de uma sociedade civil”, mas também não pode “demitir-se do seu papel definidor de regras, corretor de injustiças, penhor de níveis equitativos de bem-estar económico e social, em particular, para aqueles que a mão invisível apagou, subalternizou ou marginalizou”.

Citando Miguel Torga, Marcelo Rebelo de Sousa terminou a sua intervenção com apelos à autoestima dos portugueses, considerando que os portugueses minimizam aquilo que valem. “Valemos muito mais do que pensamos ou dizemos. O essencial, é que o nosso génio - o que nos distingue dos demais - é a indomável inquietação criadora que preside à nossa vocação ecuménica. Abraçando o mundo todo”, declarou.

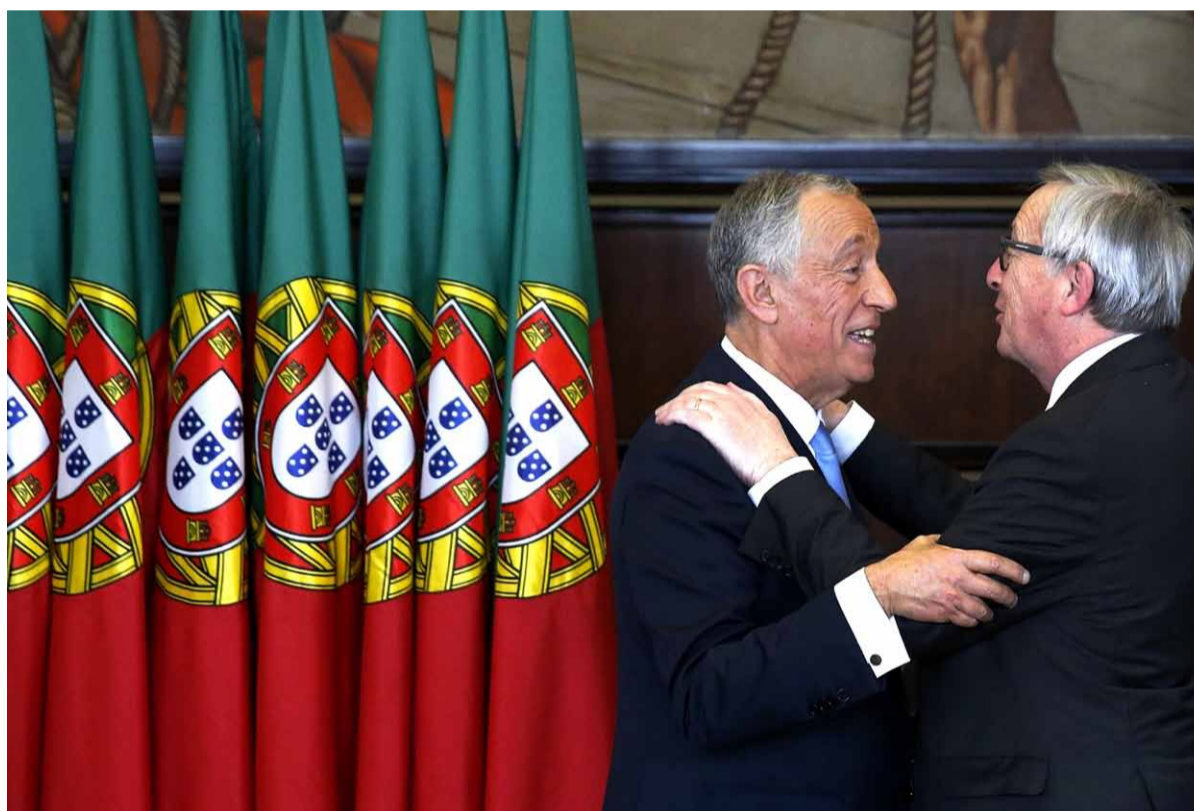
“Sair da crise e superar desafios”

O Presidente da República reconheceu hoje que Portugal tem pela frente “tempos e desafios difíceis”, considerando que é necessário sair do clima de crise e ir mais longe na qualidade da educação, saúde, justiça e do próprio sistema político. “É no quadro desta Constituição - que, como toda a obra humana, não é intocável, mas que exige para reponderação consensos alargados, que unam em vez de dividir - que temos, pela frente, tempos e desafios difíceis a superar”, afirmou Marcelo Rebelo de Sousa, no discurso na cerimónia em que tomou posse como Presidente da República, que decorreu no parlamento.

Lançando alguns reptos que reconheceu serem “difíceis, complexos” e “envoltos em incógnitas”, o Presidente da República defendeu a necessidade de sair do clima de crise e do país ir “mais longe com realismo mas visão de futuro”, na capacidade e na qualidade das Educação e Ciência, da Saúde, da Segurança Social, da Justiça e da Administração Pública e do próprio sistema político e “sua moralização e credibilização constantes, nomeadamente pelo combate à corrupção, ao clientelismo, ao nepotismo”.

“Temos, para tanto, de não esquecer, entre nós como na Europa a que pertencemos, que, sem rigor e transparência financeira, o risco de regresso ou de perpetuação das crises é dolorosamente maior, mas, por igual, que finanças sãs desacompanhadas de crescimento e emprego podem significar empobrecimento e agravadas injustiças e conflitos sociais”, sublinhou, apontando também a necessidade de cicatrizar as feridas dos “tão longos anos de sacrifícios” que fragilizaram o tecido social e onde se perderam consensos de regime.

“Tudo indesejável, precisamente em anos em que urge recriar convergências, redescobrir diálogos, refazer entendimentos, reconstruir razões para mais esperança”,





disse, notando igualmente a necessidade de Portugal ser fiel aos compromissos a que se vinculou, nomeadamente com a União Europeia, a CPLP e a Aliança Atlântica.

Admitindo que estes reptos obrigam a “trabalhos forçados”, Marcelo Rebelo de Sousa apontou os próximos cinco anos como tempos “de busca de unidade, de pacificação, de reforçada coesão nacional, de encontro complexo entre democracia e internacionalização estratégica dentro e fora de fronteiras e entre crescimento, emprego e justiça social de um lado, e viabilidade financeira do outro, de criação de consonâncias nos sistemas sociais e políticos, de incessante construção de uma comunidade convivial e solidária”.

“Nunca perdendo a Fé em Portugal e na nossa secular capacidade para vencer as crises. Nunca descrendo da Democracia. Nunca deixando morrer a esperança. Nunca esquecendo que o que nos une é muito mais importante e duradouro do que aquilo que nos divide. Persistindo quando a tentação seja desistir. Convertendo incompreensões em ânimo redobrado. Preferindo os pequenos gestos que aproximam às grandes proclamações que afastam. Com honestidade. Com paciência. Com perseverança. Com temperança. Com coragem. Com humildade”, venceu.

Solidariedade institucional “indefetível” com o parlamento

O Presidente da República afirmou também que Portugal é a razão de ser do compromisso que assume como chefe de Estado, prometendo uma solidariedade institucional “indefetível” à Assembleia da República. “Portugal é a razão de ser do compromisso solene que acabo de assumir”, afirmou Marcelo Rebelo de Sousa, no início na cerimónia em que tomou posse como Presidente da República, que decorreu na Assembleia da República.

Dirigindo-se ao presidente da Assembleia da República, Ferro Rodrigues, o novo chefe de Estado saudou “a representação legítima e plural da vontade popular”

expressa no parlamento, garantindo uma “solidariedade institucional indefetível” entre este órgão e a Presidência da República.

Numa intervenção curta, de apenas dez páginas e escrita utilizando o novo acordo ortográfico, o novo Presidente da República sublinhou que o seu “primeiro e decisivo” pensamento “feito de memória, lealdade, afeto, fidelidade a um destino comum”, é para o país, para “cada portuguesa e para cada português”.

Logo nos primeiros parágrafos do discurso, Marcelo Rebelo de Sousa dirigiu-se igualmente aos seus antecessores na Presidência da República, começando por lembrar “a longa e singular carreira de serviço à pátria” de Anibal Cavaco Silva, que hoje terminou o mandato como chefe de Estado iniciado em 2006.

“Com uma década na chefia do Governo e uma década na chefia do Estado, que, largamente, definiram o Portugal que temos - entendo ser estrito dever de justiça - independentemente dos juízos que toda a vivência política suscita - dirigir a vossa excelência uma palavra de gratidão pelo empenho que sempre colocou na defesa do interesse nacional - da ótica que se lhe afigurava correta, é certo - mas sacrificando vida pessoal, académica e profissional em indesmentível dedicação ao bem comum. Bem haja”, disse, uma referência recebida com palmas de PSD e CDS e alguns deputados do PSD a aplaudirem mesmo de pé.

Assinalando a presença de Ramalho Eanes e Jorge Sampaio na cerimónia, Marcelo Rebelo de Sousa declarou que “é símbolo da continuidade e da riqueza” da democracia portuguesa, acrescentando também a inserção de Mário Soares, ausente da sessão solene, nesta “linhagem”.

Uma democracia que, continuou, se enobrece com a presença de três “ilustres convidados estrangeiros” - o rei de Espanha, Filipe VI, o presidente de Moçambique, Filipe Nyusi, e o presidente da Comissão Europeia, Jean-Claude Juncker - que aceitaram os convites pessoais que foram formulados, “correspondentes a coordenadas essenciais” política externa portuguesa.

Marcelo Rebelo de Sousa será o 19.º chefe de Estado

português desde a implantação da República, a 5 Outubro de 1910, e o quinto eleito em democracia. Professor universitário e comentador político, Marcelo Rebelo de Sousa foi eleito em 24 de janeiro de 2016. Cerca das 10h12 horas, o presidente da Assembleia da República, Eduardo Ferro Rodrigues, segurou o exemplar da Constituição no qual Marcelo Rebelo de Sousa, que envergava uma gravata azul celeste, jurou cumprir e fazer cumprir a Constituição da República Portuguesa, com a mão direita sobre um exemplar original de 1976, de capa vermelha e inscrições douradas. A declaração de compromisso do novo Presidente, perante toda a sala das sessões em pé, foi realizada numa edição original da Lei Fundamental de 1976, datilografada e encadernada a vermelho com letras douradas. Seguidamente, tocou o hino nacional pela banda da GNR, presente nos Passos Perdidos.

Marcelo Rebelo de Sousa depositou flores nos túmulos de Camões e Vasco da Gama

O Presidente da República cumpriu a tradicional deposição de flores no túmulo de Luís de Camões, no Mosteiro dos Jerónimos, e juntou pela primeira vez à tradição idêntica homenagem a Vasco da Gama. Aguardado por várias dezenas de portugueses e turistas estrangeiros, entre eles brasileiros, austríacos, alemães, franceses e sul-coreanos, Marcelo Rebelo de Sousa caminhou entre alas da Polícia do Exército e deteve-se por breves instantes à entrada no Mosteiro dos Jerónimos, em Lisboa. No interior, sentinelas transportaram as coroas de flores para a base de cada uma das urnas de pedra, junto às quais Marcelo celebrou a cerimónia de deposição de coroas de flores nos túmulos do poeta nacional e uma das maiores figuras da literatura lusófona Luís Vaz de Camões e do navegador e explorador português que descobriu o caminho marítimo para a Índia, abrindo a Rota do Cabo, Vasco da Gama. A Fanfarras tocou sucessivamente os toques de silêncio, em homenagem aos mortos, seguindo-se o toque de alvorada.

Pedro Passos Coelho na Conferência da Oxford Union

Mudança estrutural iniciada em 2011 deu “resultados positivos”

A governabilidade em Portugal não está, para já, em causa. No entanto, o líder do PSD tem dúvidas sobre o caminho que está a ser traçado pela atual maioria de esquerda. “O Governo e os partidos da maioria têm, entretanto, reiterado o seu firme propósito de aprovarem as medidas que forem necessárias. É verdade que ainda não são conhecidas as tais medidas adicionais. Mas, ouvindo a retórica dos partidos da maioria, somos levados a acreditar que, para já, a governabilidade não estará em causa e as medidas serão adotadas”, declarou Pedro Passos Coelho, em Oxford, dia 10.

A Comissão Europeia tem sublinhado a necessidade de Portugal adotar mais medidas que garantam a meta de redução do défice. “Questão diferente é saber qual a natureza do programa consensualizado entre o governo e a sua maioria e onde ele nos pode conduzir no futuro próximo”, alertou o líder social-democrata. Pedro Passos Coelho discursava na Conferência Oxford Union, na cidade britânica de Oxford, durante o qual falou sobre a questão política da governabilidade em Portugal e sobre se a austeridade é a melhor forma de resolver os problemas.

Sobre a austeridade, Pedro Passos Coelho insistiu que “não é de direita nem de esquerda, não é conservadora nem liberal, é apenas o que resta quando não há acesso a financiamento, sobretudo, quando estamos numa área monetária comum, onde não podemos desvalorizar unilateralmente a moeda”.

No caso de Portugal, defendeu o líder do PSD, a mudança estrutural iniciada em 2011 deu “resultados positivos” que atraíram “muitos investidores estrangeiros que contribuíram para criar riqueza e emprego” no país.

“Portanto, a prudência é algo que devemos valorizar e o reforço de uma agenda de mudança estrutural contribui também para transmitir uma mensagem externa de que compreendemos a origem dos nossos problemas e estamos empenhados em não repetir os mesmos erros”, salientou.

Mas, para Pedro Passos Coelho, isso significa “prosseguir nos próximos anos as políticas de mudança estrutural que melhorem a produtividade” e tornem o país “mais atrativo” ao investimento direto externo e que “aumentem o grau de abertura” da economia portuguesa “demasiado pequena” internamente para os “nossos padrões de consumo”.

“Esta deveria ser a ação política, económica e social em que Portugal deveria estar empenhado neste momento”, defendeu, sublinhando que, mesmo depois de anos de austeridade, “houve quase 40% de eleitores que acharam que esse caminho deveria prosseguir”. “São os políticos que têm agora a responsabilidade de saber aproveitar essa força motriz e não os deixar ficar mal”, acrescentou.

Intervenção na íntegra do Presidente do PSD

«Quero começar por agradecer esta excelente oportunidade para lhes falar um pouco do meu país, quer do ponto de vista político e económico, quer colocando estes aspetos em perspetiva, olhando para o passado mais ou menos recente, mas olhando, naturalmente, para o futuro.

Pareceu-me, desde logo, bastante interessante que me tivessem manifestado curiosidade sobre a questão política da governabilidade, lembrando a eventual similaridade com o que aconteceu há cinco anos no Reino



Unido quando uma coligação teve de ser formada para garantir estabilidade ao governo.

Mas, sobretudo, não resisti a responder à questão que, nos termos do convite que me dirigiram, mais debate suscita entre vós. A de saber se a austeridade é a melhor forma de resolver os nossos problemas.

Começo pela questão política, que merece um comentário mais geral e, talvez, mais consensual. Apesar de termos sistemas eleitorais diferentes, a questão da governabilidade é normalmente uma questão instrumental, mas importante, sobretudo em tempos mais desafiantes. Talvez tivessem encontrado aqui a razão de alguma similaridade. Realmente, a seguir à crise financeira global espoletada em 2008 na sequência da falência do Lehman Brothers, a generalidade dos países europeus enfrentou uma crise económica e financeira que exigiu governos fortes para executar políticas difíceis.

No Reino Unido, como de resto em Portugal também, a inexistência de uma maioria no parlamento obrigou à

negociação de uma coligação que desse estabilidade ao governo. Aqui, a dificuldade acrescida resultou do facto de o vosso sistema eleitoral, baseado no método maioritário, favorecer a criação de maiorias, que se tornaram habituais durante algumas décadas.

Em Portugal, pelo contrário, e nos termos da Constituição da República, o sistema eleitoral baseia-se no método proporcional puro, pelo que não é tão favorável a criação de maiorias. E, desde 1974, apenas por três vezes tivemos maiorias de um só partido. Duas vezes seguidas entre 1987 e 1995, após integrar a Comunidade Económica Europeia, e em 2005, após a primeira crise económica desde a entrada no Euro e na sequência da chamada crise das “dot com”. Talvez por isso tivéssemos tido, entre 1976 e 2016, vinte e um governos.

Assim, em 2011 também necessitei de formar uma coligação pós-eleitoral com o Partido Popular em Portugal para dar estabilidade ao governo. Após a última eleição de 2015, que se seguiu ao processo de ajustamento



económico associado à ajuda externa, os dois partidos da coligação de governo concorreram conjuntamente e foram a força política largamente mais votada (mais de 38% dos votos). Porém, a ausência de maioria absoluta trouxe um resultado inédito em Portugal. Todas as forças partidárias de esquerda radical e populista juntaram-se ao Partido Socialista (com 32% dos votos) impedindo a coligação de governar e apoiando um governo minoritário socialista.

Será esta solução de governo estável? É difícil responder.

Para já, é uma solução que nunca foi testada. Para quem se encontra na área do Euro e necessita de respeitar as regras do semestre europeu em matéria orçamental e do tratado orçamental quanto à trajetória da dívida, será pelo menos bastante desafiante conseguir conciliar visões normalmente antagónicas destes partidos radicais com os objetivos da zona euro. Estamos, justamente, a meio do exercício para aprovar o novo orçamento no parlamento. São conhecidos os avisos da Comissão Europeia, que tem expressamente referido a necessidade de serem adotadas mais medidas que garantam a meta de redução do défice nominal e estrutural ainda este ano. O governo e os partidos da maioria têm, entretanto, reiterado o seu firme propósito de aprovarem as medidas que forem necessárias. É verdade que ainda não são conhecidas as tais medidas adicionais. Mas, ouvindo a retórica dos



partidos da maioria, somos levados a acreditar que, para já, a governabilidade não estará em causa e as medidas serão adotadas.

Questão diferente é saber qual a natureza do programa consensualizado entre o governo e a sua maioria e onde ele nos pode conduzir no futuro próximo. Não pretendo, por razões que decerto compreenderão, fazer muito esse debate aqui, dado que não sou um politólogo, mas antes o líder da oposição. No entanto, é interessante notar que o governo e a sua maioria se apresentaram ao país como respondendo à necessidade de virar a página da austeridade. Creio que isto faz uma ligação muito óbvia à questão que tanto tem interessado o vosso debate. É a austeridade uma boa ou má resposta aos nossos problemas?

Começemos então a falar dos nossos problemas.

Portugal foi muito abalado pela crise financeira de 2008. Mas o pedido de ajuda externa apenas foi precipitado pelos acontecimentos externos, não foi gerado por eles. Permitam-me um retrato muito breve do que conduziu à situação de 2011.

O meu país, tal como outros países europeus com histórias de desvalorizações cambiais e alta inflação, beneficiou, a partir de 1995, de um clima de baixas taxas de juro durante o processo de convergência nominal para o Euro, o que facilitou o crescimento do investimento e do consumo, quer em termos privados quer do ponto de vista orçamental. Facilitou também, nos primeiros anos, um nível de desemprego baixo que impulsionou a subida dos salários nominais muito acima dos ganhos de produtividade.

A consequência foi clara. Os custos unitários do trabalho cresceram em Portugal mais do que no resto dos países europeus que eram, e ainda são, os seus principais parceiros comerciais. Esta situação minou a competitividade da economia e, com isso, apareceram enormes défices da balança corrente (praticamente inexistentes em 1995 e quase de 10% em 2000).

Com a entrada no Euro, em que foi afastado o risco de taxa de câmbio, esse processo intensificou-se. Porém, a produtividade relativa continuou a cair e o crescimento registado nos primeiros anos começou a abrandar e depois a estagnar, trazendo a queda do consumo e do investimento. Entretanto, o chamado setor transacionável, ligado às exportações, começou também a perder rentabilidade em face da subida relativa dos custos uni-

tários do trabalho, facilitando uma alocação de recursos menos eficiente, dirigida sobretudo para os setores mais protegidos da economia, que se tornaram relativamente mais atrativos. Os anos seguintes, portanto, ficaram marcados por um crescente desemprego, um PIB 'per capita' com pior desempenho do que nos EUA durante a grande recessão nos anos 30 e do que no Japão em quase duas décadas perdidas na armadilha da liquidez. E, claro, um processo de endividamento gigantesco.

Em 2011, depois do colapso da Grécia e da Irlanda, Portugal não conseguia resistir a défices da conta corrente perto de 10% ao ano ao longo de mais de uma década, com a acumulação de dívida privada entre famílias e empresas não financeiras a representar quase 250% do PIB. A crescer a isso, uma dívida pública que praticamente tinha duplicado, entre 2005 e 2011, passando de perto de 62% para quase 109% do PIB, ou, em valor nominal, passando de 96,1b para 195,6b Euros. Em particular, em 2009 e 2010 os défices públicos rondaram os 10% e 11% do PIB, respetivamente. A taxa de desemprego atingiu valores superiores a 12%, uma taxa anormalmente elevada. Na sequência da crise chegou a atingir 17,5%, no início de 2013.

Nestes termos, o mínimo que se pode dizer é que a economia portuguesa não se soube ajustar ao Euro e encontrava-se num caminho totalmente insustentável. Quando o acesso a mercado se fechou e o risco de bancarrota passou a ser percecionado no mercado, tal como aconteceu com outras economias da zona euro, não restou alternativa senão o resgate.

Ainda em 2009, para responder à crise financeira global, o governo socialista português respondeu com políticas expansionistas, aumentando salários no Estado e baixando impostos. A resposta parecia bastante conveniente dada a proximidade de eleições no outono desse ano. Mas, um ano depois, e com a emergência da crise de dívida soberana que se iniciara na Grécia, o governo mudou de opinião. E, ainda em 2010, percebendo os efeitos da falta de produtividade e de competitividade da economia, bem como os fortes desequilíbrios macroeconómicos que essa situação prolongada gerou, o governo socialista procurou agora responder com... austeridade, claro.

Apresentou um pacote bastante duro, que incluía cortes nominais de salários no setor público de cerca de 5% em média para salários superiores a 1500 Euros, bem como cortes de prestações sociais, congelamento de pensões e do salário mínimo, bem como agravamento importante dos impostos, nomeadamente, e pela segunda vez desde 2005, aumentos de 2 p.p. do IVA e o corte de benefícios fiscais em sede de IRS para as

famílias na área da habitação, saúde e educação, entre muitas outras.

Esse governo apresentou também um pacote alargado de medidas estruturais, voltadas para a reestruturação do setor empresarial do Estado, incluindo privatizações e concessões, mas também dirigidas para a reforma do mercado de trabalho e dos mercados de produtos, procurando incrementar a competitividade e a concorrência.

Nada disto, porém, foi a tempo de convencer os mercados.

Mas o ponto importante a sublinhar é este: quando os mercados se fecham e falta o financiamento, a única forma de responder é com austeridade.

Tenho, por isso, respondido que a austeridade não é de direita nem de esquerda, não é conservadora nem liberal, é apenas o que resta quando não há acesso a financiamento.

Sobretudo quando estamos numa área monetária comum, onde não podemos desvalorizar unilateralmente a moeda.

O processo é, portanto, bastante duro do ponto de vista social. Trata-se do que chamamos desvalorização interna. E, apesar da sua intensidade depender da gravidade dos desequilíbrios e do grau de financiamento garantido pelos credores, o processo torna-se em si inevitável, com ou sem moeda própria, para reestabelecer equilíbrios e reganhar competitividade, coisa que ninguém pode fazer por nós em cada país.

Claro que, no médio e longo prazo, políticas que melhorem a produtividade ajudam também a reestabelecer equilíbrios. Porém, quando a decisão política falha e os remédios são tardios, e dada a produtividade dum economia, só é possível evitar a bancarrota e reganhar competitividade recorrendo à ajuda externa, ajustando as necessidades às disponibilidades e fazendo a desvalorização ou desinflação interna, e isso é o que se chama austeridade.

No nosso caso, esse processo decorreu de forma dolorosa, mas com resultados que falam por si. Em 2010 o valor do défice público atingia 20b, em 2015 foi inferior a 5b. O saldo primário, negativo em 8% do PIB em 2010, tem sido positivo desde 2013. A conta corrente passou a positiva, depois de quase 15 anos a cavar um endividamento externo à razão de 10% ao ano. O desemprego tem vindo a cair desde 2013, e situou-se em cerca de 12% no final do ano passado. Infelizmente o desemprego jovem é ainda superior a 30%. A economia inverteu a tendência recessiva logo no primeiro trimestre de 2013 e tem estado a crescer moderadamente desde 2014, em que cresceu 0,9% e 1,5% em 2015.

Hoje, quando o pior da crise está nas nossas costas, é comum ouvir dizer que a austeridade se inseria na máxima de que não há alternativa (TINA – “there is no alternative”) quando, de facto, há alternativa e é possível governar com políticas públicas diferentes, mais voltadas para o crescimento e para o apoio social. Mas na verdade trata-se de uma falácia política, quer na interpretação do passado quer nas ilações que se tiram para futuro. Hoje é possível aliviar um pouco a austeridade porque ela produziu os resultados esperados e os reequilíbrios foram repostos.

A ideia de que teria sido possível, em 2010 e anos seguintes, evitar a austeridade em países como Portugal é ilusória, como expliquei. Uma crise de balança de pagamentos, que se julgava impossível de acontecer dentro da zona euro, onde o pacto de estabilidade e crescimento obrigaria à responsabilidade nacional de ter para cada participante a sua casa em ordem e não gerar “spill overs” significativos sobre os vizinhos, aconteceu mesmo e a resposta a uma tal crise de financiamento obriga, entre outras coisas, a adotar políticas de austeridade e a restaurar a confiança dos mercados e dos credores, o que exige mais do que medidas de austeridade. Implica reformas estruturais que ataquem as causas dos desequilíbrios e a falta de competitividade.

Não ignoro que alguns defenderam que o melhor era sair do euro e recuperar os instrumentos de política monetária para, como no passado, reganhar compe-



titividade. Porém, tal alternativa, que não subscrevo, não seria nunca uma verdadeira alternativa, na medida em que o caminho a seguir seria o da desvalorização, e, portanto, o da inflação a reduzir em termos reais os rendimentos, conduzindo à recessão interna e à redução das importações. Em qualquer caso, portanto, a uma política de austeridade e possivelmente bem mais dura do que a que realizámos.

Claro que muitos apareceram também a defender que a alternativa era mutualizar a dívida pública no seio da zona euro. Quer dizer, emitir dívida europeia para pagar as dívidas nacionais, baixando assim o custo financeiro da dívida para a periferia.

Trata-se de uma discussão interessante, que poderei aprofundar nas respostas, se for do vosso interesse. Em todo o caso, não me parece que uma tal ideia tenha condições para vingar.

Se se trata de criar uma união fiscal suscetível de emitir dívida pelo todo, pressuporá sempre a transferência do nível nacional para o nível europeu da competência para recolher os impostos que asseguram a emissão da dívida, isto é, a criação de uma espécie de tesouro europeu que necessitaria de um governo europeu por razões de controlo democrático. Sinceramente, não me parece que estejamos sequer próximos desta eventualidade e que é tudo menos consensual.

Mas se se trata apenas de criar uma solução de apoio aos países com dificuldades de acesso a financiamento, então parece-me que as soluções existentes funcionaram razoavelmente dentro do limite da regra de “no bailout” inscrita no tratado europeu. O facto de o BCE, sem desrespeitar o seu mandato, ter adotado políticas monetárias não convencionais que facilitam o acesso e o custo de financiamento para os mais endividados, permitindo-lhes substituir dívida mais cara por outra mais barata, bem como as extensões de maturidade negociadas com Portugal e a Irlanda para os seus empréstimos, ajudaram em grande medida a mitigar a importância desta questão e para o que podemos designar como reestruturação técnica da dívida, não envolvendo perdão de dívida.

Com isto não quero dizer que tudo está bem ao nível da união económica e monetária. Temos ainda muito para fazer no sentido de melhorar as respostas coletivas, criar uma verdadeira união bancária e até uma união financeira no seio da zona euro, dotando-a de melhores instrumentos que permitam, por exemplo, reagir a choques exógenos assimétricos sem cavar maiores falhas nos processos de convergência económica.

O que pretendo dizer, muito concretamente, são duas coisas.

Primeiro, não há forma de produzir ajustamentos importantes de forma indolor, infelizmente. Segundo, por melhores que sejam os mecanismos de apoio coletivo, sem responsabilidade nacional nunca teremos confiança suficiente entre todos para reforçar as respostas coletivas e para garantir a sustentabilidade do crescimento no futuro.

No caso do meu país, isso significa prosseguir, nos próximos anos, as políticas de mudança estrutural que melhorem a produtividade, que tornem o país mais atrativo ao investimento direto externo e que aumentem o grau de abertura da nossa economia, cuja dimensão interna é demasiado pequena para ser sustentável para os nossos padrões de consumo. A globalização é, por isso, um desafio importante e as exportações de maior valor acrescentado uma via adequada para libertar meios de pagar a enorme dívida acumulada na economia e no Estado.

Os factos, mais uma vez, falam por si. A mudança estrutural que Portugal iniciou em 2011 deu resultados positivos. E foram estes resultados que atraíram muitos investidores estrangeiros que contribuíram para criar riqueza e emprego em Portugal. Portanto, a prudência é algo que devemos valorizar e o reforço de uma agenda de mudança estrutural contribui também para transmitir uma mensagem externa de que compreendemos a origem dos nossos problemas e que estamos empenhados em não voltar a repetir os mesmos erros e a acumular mais desequilíbrios.

Esta deveria ser a ação política, económica e social em que Portugal deveria estar empenhado neste momento.

Aliás, é importante sublinhar que, em 2015, nas eleições, depois de anos de austeridade e de mudança estrutural que desafiou muitos poderes instalados, houve quase 40% de eleitores que acharam que esse caminho deveria prosseguir. Tendo presente que são as pessoas, mais do que os governos, quem assegura as escolhas políticas mais relevantes em processos de transformação económica e social, creio que é um motivo de esperança que tantos Portugueses, e sobretudo tantos jovens Portugueses, tenham mostrado que não desistem e que estão dispostos a sacrificar alguma coisa no curto prazo para terem um futuro melhor. São os políticos que têm agora a responsabilidade de saber aproveitar essa força motriz que não nos deixou ficar mal.

Obrigado.»



26.º Congresso do CDS-PP

CDS não é “adversário político” do PSD

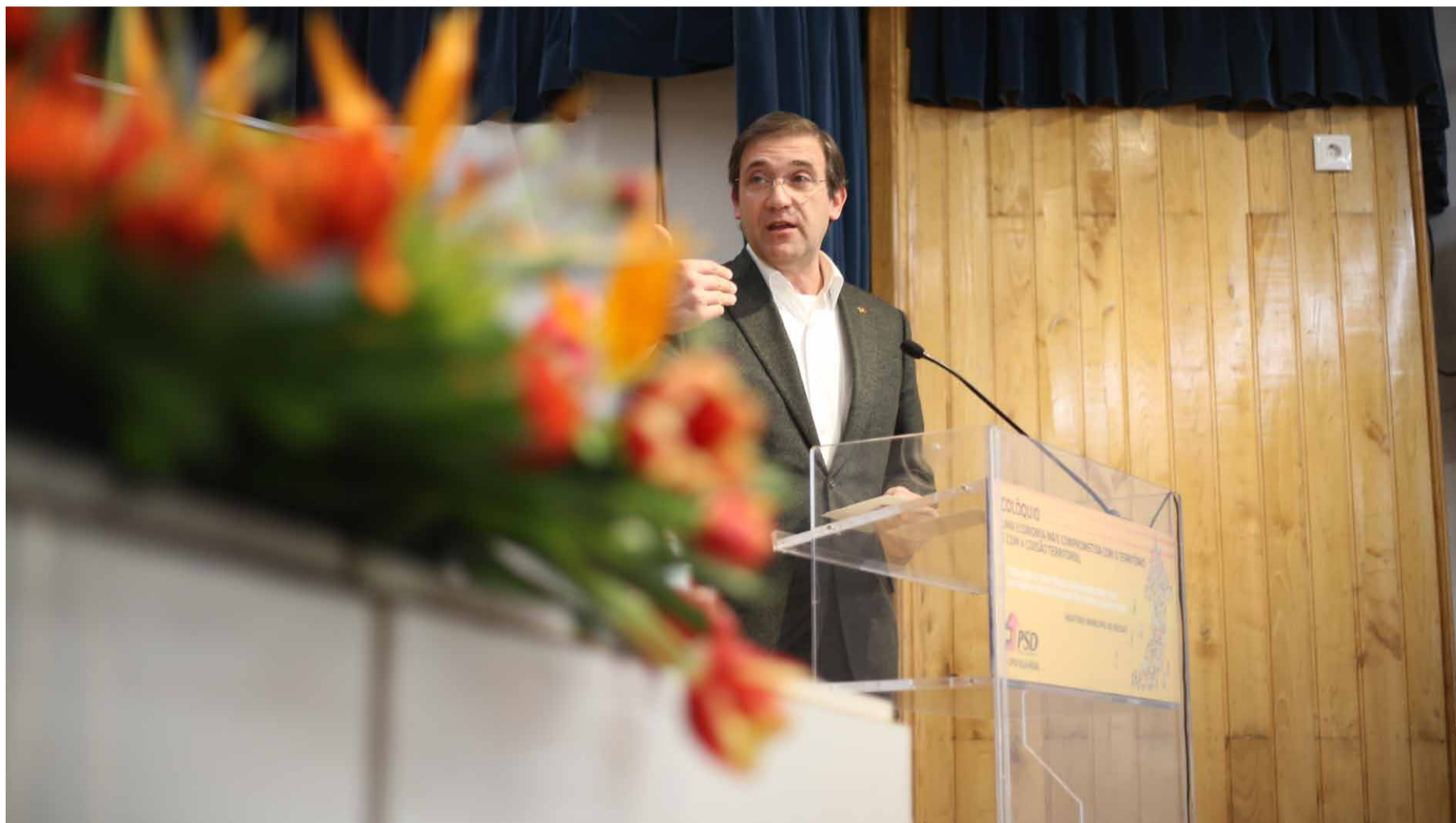
Os sociais-democratas veem no CDS um parceiro preferencial com o qual têm “proximidade e cumplicidade” e não “um adversário político que é preciso combater”. Passos Coelho assistia à sessão de encerramento do 26.º Congresso do CDS-PP, Domingo, em Gondomar, quando fez esta declaração: “Não estamos a olhar para o CDS nem olharemos como quem olha para um adversário político que é preciso combater. Estamos à espera que o CDS possa consolidar e crescer no seu espaço político e isso será bom com certeza para o futuro do país”.

Depois do discurso de consagração de Assunção Cristas como sucessora de Paulo Portas, e no final de dois dias de trabalhos em que por diversas vezes os centristas ‘piscaram o olho’ aos eleitores do PSD, Passos Coelho assinalou que se o CDS crescer “será importante para dar ao futuro dos portugueses uma perspetiva de maior convergência” entre as ideias dos dois partidos.

“O PSD acha que o CDS não apenas é um partido que sempre será um seu parceiro natural e preferencial, mas sobretudo o PSD acha que o CDS é um grande partido que faz falta ao país”, realçou.



Portugal precisa de mais ação e de menos espetáculo



Na sessão de encerramento do colóquio “Uma economia comprometida com o território e com a coesão territorial”, organizado pela concelhia do PSD de Boticas, distrito de Vila Real, sábado, 12 de março, o líder do PSD defendeu que é preciso que haja no país mais ação e menos espetáculo e criticou as reversões de políticas por parte do novo Governo.

Pedro Passos Coelho criticou o Governo de António Costa no que diz respeito à reversão de algumas políticas que estavam a ser concretizadas pelo anterior executivo, como por exemplo, a fusão no setor das águas.

Passos Coelho afirmou ainda que, até hoje, não houve por parte do novo ministro da Ciência e Ensino Superior um compromisso em manter a aposta na criação de centros de investigação em três universidades do Interior, a de Trás-os-Montes e Alto Douro, Évora e Beira Interior.

Relativamente aos fundos comunitários, garantiu que o seu executivo deixou “tudo pronto para começarem a fluir”, com “uma execução muito razoável de abertura de candidaturas para os novos programas”.

No entanto, frisou que, “os meses vão passando e dá a impressão que o novo Governo prefere esperar pela acumulação de novos concursos que possam ser lançados para dar maior visibilidade à execução dos fundos do que em ir executando o que já está em condições de ser executado”. “Fica-nos a impressão de que a agenda mediática tem mais importância do que a substância da governação. Ora se há muitas matérias que estão em condições de ser aprovadas e lançadas a concurso ou de poderem ser adjudicadas, não há nenhuma razão para ficar à espera de um grande efeito mediático”, salientou.

Passos Coelho alertou que Portugal precisa de uma “estratégia que permita assegurar uma maior coesão e uma maior competitividade da economia nos territórios de baixa densidade”. Na sua opinião, isso faz-se “com um pouco mais de ação e um pouco menos de espetáculo”.



O líder do PSD aproveitou ainda para criticar políticas do Governo PS que “agravam as desigualdades”, como o aumento dos impostos nos combustíveis e disse que chega a ser “caricato” ver um ministro da Economia a pedir aos portugueses que “não vão abastecer a Espanha e que abasteçam mais caro cá”.

Para tornar os territórios de baixa densidade mais competitivos, Passos Coelho defendeu que é “preciso capacidade para atrair empreendedores, empresas e investimento” com estratégias delineadas em conjunto pela administração central, associações de municípios e câmaras.

O tema principal deste colóquio organizado pela Secção do PSD de Boticas foi o combate às assimetrias que afetam o país.



“Um Governo que queira cumprir compromissos deve estar em condições de o poder garantir aos seus parceiros e aos portugueses”

Para o presidente do PSD, cabe ao primeiro-ministro “a obrigação” de aprovar os compromissos internacionais do Estado, caso dos apoios à Grécia e Turquia, e mostrar que tem uma maioria compatível com esses compromissos. “Hoje, até assistimos a uma situação absurda, que é ver o primeiro-ministro, em Paris, queixar-se da falta de responsabilidade do PSD por causa de dois dispositivos orçamentais que respeitam a compromissos externos do Estado português. O primeiro-ministro acha que é o PSD que tem a obrigação de os aprovar”, afirmou Pedro Passos Coelho, em Boticas.

E acrescentou: “Eu julgo que é o primeiro-ministro



que tem a obrigação de os aprovar, porque na altura em que constituiu o Governo, o primeiro-ministro disse que tinha uma maioria coesa, duradoura e estável para governar e que isso não punha em causa os compromissos do Estado português, fosse com a NATO, com a União Europeia, fosse com os seus parceiros europeus”.

“Eu acho que o doutor António Costa, com a sua boa capacidade negocial, tem aqui uma boa prova para mostrar ao país que ele tinha razão e de que a maioria que tem não é incompatível com a assunção dos compromissos internacionais do Estado português e conseguir que a maioria que o apoia, o PCP e o BE, sejam solidários com o PS e com o Governo, aprovando esses compromissos que são compromissos do Estado”, frisou Passos Coelho.

De acordo com o líder do PSD, “um Governo que queira cumprir tais compromissos deve estar em condições de o poder garantir aos seus parceiros e aos portugueses”.

Passos Coelho participou na sessão de encerramento do colóquio “Uma economia comprometida com o território e com a coesão territorial”, organizado pela Secção do PSD de Boticas, distrito de Vila Real.



Nicolau Breyner marcou gerações



O presidente do PSD considera incontornável o contributo que o ator Nicolau Breyner deu para o teatro, o cinema e a televisão na democracia portuguesa. “Como ator, realizador, produtor ou argumentista, como empresário ou formador de atores, como cidadão empenhado e homem de cultura solidário, Nicolau Breyner deixa um património de trabalho e de vida que merecem o nosso profundo respeito e um enorme agradecimento”, refere ainda Pedro Passos Coelho, numa nota enviada à comunicação social.

Na mesma nota em que recorda que o ator “marcou gerações”, Passos Coelho apresenta à família “as mais sentidas condolências”. O ator e realizador Nicolau Breyner, 75 anos, morreu dia 14 de março, em casa, em Lisboa. Nascido em Serpa, no distrito de Beja, a 30 de julho de 1940, com uma carreira de mais de 60 anos, o ator deixou uma marca na televisão portuguesa, sobretudo através de telenovelas muito populares como “Vila Faia” e “Cinzas”, entre outras. Ficou também conhecido do grande público em programas na televisão como “Senhor feliz e senhor contente”, com Herman José, e “Eu Show Nico”.

Trabalhou igualmente no cinema, como ator e realizador, tendo colaborado com António-Pedro Vasconcelos (“A Bela e o Paparazzo”, “Os Imortais”, “Os gatos não têm vertigens”), João Botelho (“Corrupção”) e Leonel Vieira (“A arte de Roubar”), entre outros. Nicolau Breyner estava atualmente a participar nas gravações da telenovela da TVI, “A Impostora”.

PSD acusa Governo de querer “passar a bola”



O PSD vai manter a sua posição de “coerência, clareza e estabilidade” face ao Orçamento do Estado (OE) para 2016, votando contra na generalidade e abstendo-se nas propostas de alteração, mas acusa o Governo de querer “passar a bola”.

“Percebemos que queiram passar a bola, mas quem está no Governo não passa a bola. Tem de lidar com os problemas, tem o seu Orçamento, tem de responder por ele”, venceu o deputado social-democrata António Leitão Amaro, que falava aos jornalistas no parlamento, segunda-feira.

O deputado falava no dia em que deram entrada no parlamento para votação na terça-feira duas propostas de alteração do PS ao OE sobre apoio financeiro à Grécia e outra a refugiados na Turquia.

A ideia passa por fazer viabilizar estas novas versões nem que seja apenas com “luz verde” do PS - o PSD declarou que iria votar contra as propostas originais de Orçamento do Estado e iria abster-se nas propostas de alteração.

O PSD, frisou Leitão Amaro, lamenta a “confusão” presente “desde o princípio do processo orçamental”. O deputado vai mais longe: “A única coisa que fica clara que essa garantia de termos um Orçamento de um Governo estável e que garanta os compromissos internacionais do país, nem isso é alcançável”.

A “coesão prometida ao país não existe”, prosseguiu o parlamentar do PSD, e “a única certeza é a incerteza que o processo orçamental tem e a falta de coesão desta maioria, designadamente quanto aos compromissos internacionais”.

Um orçamento sem salvação

O deputado do PSD Leitão Amaro acusou o Governo socialista de estar a “negociar medidas adicionais nas costas dos portugueses” e quis saber “o que diriam as esquerdas se qualquer outro governo falhasse nesta mínima transparência”, sublinhando que “os portugueses têm o direito de saber que medidas o Governo está a negociar” com Bruxelas. Leitão Amaro dirigiu-se às bancadas parlamentares do PCP e do BE, que dão apoio parlamentar ao Governo de António Costa, para dizer que “não se apoia só meio Governo nem se apoia só meio orçamento” e que “também não se chumba só meio orçamento”.

“Não acreditamos neste orçamento e por isso chumbamo-lo todo”, afirmou Leitão Amaro, considerando ainda que se está a discutir um “orçamento tão imprudente, inconsistente e errado que não tem emenda nem hipótese de salvação”.

Os deputados começam, no dia 10, o debate na especialidade do OE2016, dando início a três dias de discussão e tendo os partidos apresentado mais de 200 propostas de alteração no seu conjunto.

Depois de na sexta-feira ter terminado o prazo para que os diferentes grupos parlamentares apresentassem propostas de alteração ao OE2016, iniciam-se hoje as discussões tanto da proposta de lei apresentada pelo Governo como das propostas de alteração.

A proposta de OE2016 foi aprovada na generalidade em 23 de fevereiro com os votos favoráveis do PS, do Bloco de Esquerda (BE), do PCP e “Os Verdes” (PEV), com a abstenção do PAN e com votos contra de PSD e CDS-PP. A votação final global decorreu em 16 de março.



Matos Rosa em Ansião

O secretário-geral do PSD José Matos Rosa participou no sábado, 12 de março de 2016, na sessão de tomada de posse dos órgãos concelhios do PSD e da JSD Ansião.



PSD de Miranda do Corvo contesta saída do Centro de Distribuição dos CTT

O PSD de Miranda do Corvo contesta a mudança do Centro de Distribuição dos CTT para o concelho vizinho da Lousã, acusando o município de inércia. Em comunicado, a estrutura social-democrata considera que Miranda do Corvo “não para de perder competitividade, empregos e qualidade de vida”. “A Câmara não faz, não promove, não atua, vive do seu marasmo e da única vontade de ajudar alguns camaradas de partido”, critica a concelhia, que antevê “menos consumo e movimento para o concelho”.

De acordo com o PSD, “esta mudança não pode ser dissociada do que se tem passado ao longo dos últimos anos, em que o Partido Socialista e Miguel Baptista [presidente da Câmara] paralisaram o concelho e nada fazem para defender os seus interesses”. A mudança vai ocorrer no dia 28 de março, mas não implica perda de postos de trabalho na distribuição postal.

Para a concelhia do PSD, o atual mandato socialista liderado por Miguel Baptista, que sucedeu a um período de 12 anos de gestão PSD/CDS, fica marcado “por uma inércia e marasmo inqualificáveis, não se conhecendo qualquer investimento ou obra de relevo ao executivo, que conquistou a Câmara com uma ótima situação financeira”.

Os sociais-democratas acusam a governação PS de deixar sair empresas do concelho e de não conseguir captar nenhuma e de, em mais de dois anos, não ter cumprido a promessa de criar um novo regulamento de apoio ao investidor. “O Mercado Municipal está também há dois anos à espera do novo regulamento e sem hasta pública para comerciantes e feirantes, impedindo e atrofiando o seu desenvolvimento”, lê-se no comunicado.



Governo disfarça dificuldades de relacionamento com Bruxelas

O deputado do PSD Duarte Pacheco acusou o socialista João Galamba de estar “confuso e perdido”, a tentar “disfarçar as atenções das dificuldades de relacionamento” entre Governo e Bruxelas, e desejou um “discurso único” entre as várias instituições. “Hoje, ouvimos o deputado João Galamba confuso e perdido, a querer desviar as atenções das dificuldades de relacionamento do Governo com a Comissão Europeia e a inventar que o défice será maior do que aquele que o próprio Governo assumiu e para o qual trabalhou. Se assim fosse, tinha o Governo de explicar por que as suas previsões falharam de se justificar”, declarou.

O deputado do PSD lamentou que se tenham vindo a sentir “avanços e recuos e diferentes interpretações”, os quais “só podem gerar alguma perplexidade”, defendendo que haja “um único discurso” entre todas as instituições porque a “discussão na praça pública não é útil para o país e sua credibilidade”.



Odete Silva (1971-2016)

A Assembleia da República aprovou, dia 10, um voto de pesar pelo falecimento da deputada do PSD, Odete Silva, que faleceu na madrugada de quinta-feira vítima de doença, recordando o seu empenho à causa pública. “Desde cedo se dedicou de forma empenhada à causa pública, abraçando projetos políticos, mas também cívicos”, destaca o voto de pesar, recordando também a “mãe extremosa, esposa dedicada, mulher combativa e solidária”.

Odete Silva nasceu em 18 de Setembro de 1971, no Porto, era deputada eleita pelo círculo de Lisboa na presente Legislatura (XIII). Esteve também no parlamento na anterior Legislatura (XII). No parlamento, integrava as comissões de Economia, Inovação e Obras Públicas, a comissão de Saúde, e, como suplente, a comissões de Agricultura e Mar e a comissão de Ambiente, Ordenamento do Território, Descentralização e Poder Local.

Gestora de profissão, Odete Maria Loureiro da Silva era presidente da comissão política do PSD de Vila Franca de Xira e deputada na Assembleia Municipal daquele concelho, tendo também assumido a direção da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Póvoa de Santa Iria.

O líder parlamentar do PSD manifestou consternação pela morte da colega de bancada Odete Silva. “É um choque muito grande que sentimos no PSD pela partida de uma colega que muito estimávamos e que nos acompanhou na última legislatura e nesta, uma colega com um espírito muito construtivo e jovial”, afirmou Luís Montenegro.

As últimas homenagens fúnebres foram prestadas na sexta-feira, no salão dos Bombeiros da Póvoa de Santa Iria, onde o corpo esteve em câmara ardente, seguindo da igreja da Nossa Senhora da Paz, no Casal da Serra, Póvoa de Santa Iria, onde foi realizada a missa de corpo presente, e depois partiu para o cemitério da Póvoa de Santa Iria. À família e aos amigos mais próximos, o “Povo Livre” presta sentidas condolências.

Açorianos da Califórnia homenagearam Duarte Freitas



Três congressistas federais dos Estados Unidos da América e dezenas de líderes comunitários da diáspora açoriana do Estado da Califórnia reuniram-se no Vale de San Joaquin, para homenagear o candidato do PSD a presidente do Governo dos Açores, Duarte Freitas. O líder do PSD/Açores foi o convidado de honra do jantar promovido pelo maior empresário açoriano na Califórnia, Manuel Eduardo Vieira, que reuniu cerca de uma centena de personalidades, incluindo os três congressistas norte-americanos de ascendência açoriana Devin Nunes, Jim Costa e David Valadão.

O cônsul-geral de Portugal em São Francisco, Nuno Matias, o cônsul honorário de Tulare, Diniz Borges, e o presidente da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, Vasco Rato, participaram também neste evento que encerrou o programa oficial da visita de cinco dias de Duarte Freitas às comunidades açorianas da costa oeste dos Estados Unidos da América.

No mesmo dia, o candidato social-democrata à presidência do Governo dos Açores já tinha sido homenageado com um almoço em sua honra, organizado pela empresária açoriana Maria Hortência Vieira, que reuniu em Turlock meia centena de dirigentes comunitários do Vale de San Joaquin.

O novo Mayor da cidade de Turlock, Gary Soiseth, neto de açorianos da Terceira e do Pico, foi um dos participantes neste almoço formal que mereceu igualmente as presenças da Deputada Cristine Olsen, em representação da Assembleia Legislativa do Estado da Califórnia, e do presidente da federação estadual da Agricultura, Bill Matos, entre outras entidades representativas.

Nas duas homenagens que lhe foram prestadas pela comunidade açoriana radicada na Califórnia, Duarte Freitas manifestou a vontade de contribuir pessoalmente para “fazer dos Açores uma terra melhor para os nossos filhos e netos”. “Quero ser Presidente do Governo para devolver a esperança aos açorianos”, explicou, “a esperança num futuro que eles precisam e merecem que seja melhor”.

“Comigo, como presidente do Governo, os açorianos podem contar com uma política de proximidade e de unidade entre todas as ilhas e com a nossa diáspora”, afirmou ainda Duarte Freitas, para concluir: “Quero que todos os açorianos, onde quer que se encontrem, tenham muito orgulho dos Açores”.

Manuel Eduardo Vieira e Maria Hortência Silveira, os dois Comendadores picoenses que distinguiram o líder do PSD/Açores, são dos portugueses mais influentes do Estado da Califórnia. O primeiro é considerado o maior produtor biológico de batata-doce do mundo, produzindo mais de 75 mil toneladas por ano para os EUA, Canadá e México. A segunda é vice-presidente da Foster Farms, a maior companhia norte-americana de aviários, com mais de doze mil trabalhadores em 14 fábricas distribuídas por

diferentes Estados.

Além destas duas homenagens, a deslocação de Duarte Freitas ao Vale de San Joaquin incluiu ainda uma visita à Casa dos Açores da Califórnia, sedeadada na cidade maioritariamente açoriana de Hilmar, onde conviveu com dezenas de emigrantes de diversas ilhas. Esta instituição fundada em 1977 e presidida pelo jovem luso-americano Horácio Silva conta com mais de 400 sócios que dinamizam um clube desportivo, dois grupos folclóricos e uma escola de violas.

O líder do PSD/Açores foi também entrevistado pela comunicação social de língua portuguesa, designadamente, a estação KLBS de Los Banos, do jorgense Batista Vieira, e a Rádio Lusalândia, do terceirense Euclides Álvares. Duarte Freitas reconheceu constatar

“muitas queixas dos nossos emigrantes em relação à SATA” e defendeu que a companhia aérea “tem a obrigação de prestar um bom serviço a todos os açorianos, onde quer que estejam”. “Comigo como Presidente do Governo, vamos ter um plano estratégico para a SATA, com contratos plurianuais que garantam a prestação de um serviço melhor”, disse.

Duarte Freitas concluiu assim uma semana de contactos políticos com a diáspora açoriana da costa norte-americana do oceano Pacífico, desde a cidade de Vancouver, na província canadiana de British Columbia, até ao Estado da Califórnia, incluindo a cidade de San Diego, a área metropolitana da baía de São Francisco e o Vale de San Joaquin, acompanhado pelo deputado regional José Andrade.

TSD/Açores estão preocupados com o desemprego

Os Trabalhadores Social Democratas dos Açores manifestaram preocupação pela taxa de desemprego registada no arquipélago e pelo aumento dos casos de precariedade laboral. Fátima Dias, dirigente social-democrata, afirmou, no final de uma reunião do Conselho Regional dos TSD, realizado em Ponta Delgada, dia 12, que os números de desemprego nos Açores “não são motivos de satisfação” para ninguém. “O desemprego continua a ser um flagelo nos Açores. Pelo terceiro ano consecutivo, a taxa de desemprego na nossa região ficou acima da média nacional. Não há, portanto, motivos para satisfação”, lamentou a dirigente dos TSD.

Segundo recordou, o número de desempregados nos Açores é aproximadamente “o dobro do registado em 2010 e o triplo do que se verificava em 2005”, com a agravante de 65% dos desempregados estarem nessa condição há mais de 12 meses e de 32% dos desempregados terem entre 25 e 34 anos. “Significa isso que a economia e as medidas do Governo Regional (PS), não estão a gerar os empregos de que os Açores necessitam”, apontou Fátima Dias.

A par dos números do desemprego, os TSD/Açores manifestaram também preocupação com a precariedade laboral e com o facto de existirem milhares de açorianos em “programa ocupacionais”, que não contam para as estatísticas do desemprego, mas que também não têm emprego efetivo.

“Trata-se de trabalho sem vínculo duradouro, não integrado numa carreira, sem perspetiva de futuro, além de potencialmente desincentivar a contratação e a integração nos quadros das empresas e dos serviços públicos”, lembram os trabalhadores social-democratas.

Apesar do efeito estatístico que os programas ocupacionais têm no abaixamento da taxa de desemprego, os TSD/Açores consideram que estes programas “são necessários e devem prosseguir, enquanto a economia e as medidas governamentais não forem capazes de gerar outras soluções”.

Em anos de eleições legislativas regionais, marcadas para outubro, os TSD entendem que, ao fim de 20 anos de políticas socialistas nos Açores, “é tempo de novas políticas e novos protagonistas”, apelando a uma vitória de Duarte Freitas, líder do PSD no arquipélago.

Os Trabalhadores Social Democratas deixam, no entanto, uma chamada de atenção para o interior do partido, para que o PSD/Açores integre militantes dos TSD nas suas listas de candidatos à Assembleia Regional, “de acordo com a representatividade da estrutura em cada círculo eleitoral”.

Comissão de inquérito ao Banif na Madeira deve apurar a verdade “doa a quem doer”



O grupo parlamentar do PSD/Madeira quer apurar, em sede de comissão de inquérito, “a verdade dos factos” sobre a situação do Banif “custe o que custar e doa a quem doer”, afirmou o deputado João Paulo Marques. “Na opinião do PSD, esta comissão parlamentar de inquérito, esta Assembleia [Legislativa da Madeira], tem um dever perante os madeirenses de apurar a verdade dos factos sobre o Banif e sobre a medida de resolução que foi aplicada, custe o que custar, doa a quem doer”, declarou João Paulo Marques em conferência de imprensa realizada no parlamento insular, dia 11.

João Paulo Marques acrescentou que “o trabalho do PSD/Madeira será centrado nos lesados, naqueles que foram diretamente afetados por esta situação do Banif e sempre com vista a que a mesma não se volte a repetir”. O deputado salientou que o assunto desta comissão de inquérito “é demasiado grave e é demasiado importante”, pelo que “não pode ser utilizado para arma de arremesso político”. “Quem estiver nesta comissão para retirar dividendos políticos da mesma, estamos convencidos que estará a prestar um mau serviço aos madeirenses, um terrível serviço à democracia e, acima de tudo, estará a fazer um uso irresponsável dos dinheiros públicos dos contribuintes que são diretamente afetados nos trabalhos que serão conduzidos por esta comissão”, argumentou.

João Paulo Marques declarou que esta comissão parlamentar de inquérito recentemente criada está a “dar os primeiros passos” e deve ter como “foco principal as pessoas que foram diretamente afetadas por toda esta situação do Banif”.

Nestas, incluiu “os clientes que confiaram as suas poupanças ao Banif e que hoje em dia estão de mãos a abanar”, os “funcionários que não foram transferidos para o Banco Santander Totta e hoje em dia têm o seu posto de trabalho em risco” e os “contribuintes que, novamente, foram chamados a pagar e a salvar mais um banco”.

Falando sobre a metodologia a adotar nesta comissão, o deputado do partido maioritário madeirense, indicou que o PSD pretende começar por ouvir os “órgãos sociais do Banif e do Santander”, seguindo-se as “entidades

políticas com responsabilidade na matéria”, nomeadamente os atuais e anteriores ministros das Finanças e os titulares com esta pasta no Governo Regional.

Chamados serão também responsáveis das entidades reguladoras [o Banco de Portugal, a CMVM e a Direção-Geral de Concorrência), os clientes institucionais “aqueles que se situam na esfera pública, que estão sujeitos a fiscalização direta por parte do parlamento da Madeira” – e a Associação dos Lesados do Banif recentemente constituída, complementou.

A comissão de inquérito à situação do Banif na Assembleia da Madeira tomou posse em 18 de fevereiro, foi requerida pelo PS e suscitada por um quinto dos deputados do parlamento regional. Em 20 de dezembro, o Governo e o Banco de Portugal decidiram a venda da atividade do Banif e da maior parte dos seus ativos e passivos ao Banco Santander Totta por 150 milhões de euros. A alienação do banco foi tomada “no contexto de uma medida de resolução” pelas “imposições das instituições europeias e inviabilização da venda voluntária do Banif”, segundo o comunicado então distribuído pelo Banco de Portugal. Os lesados do Banif já realizaram manifestações de protesto no Funchal e constituíram uma associação.

Madeira recebeu do Estado 428 milhões de euros para reconstrução

O secretário das Finanças e Administração Pública da Madeira afirmou que a região recebeu do Estado, ao abrigo da Lei de Meios criada para fazer face aos prejuízos do temporal de fevereiro de 2010, 428 milhões de euros. Rui Gonçalves fez este anúncio durante o debate potestativo requerido pelo PCP na Assembleia Legislativa da Madeira subordinado ao tema “seis anos depois da catástrofe do 20 de fevereiro de 2010: o que faltou na reconstrução e o muito que ainda está por fazer”.

O temporal de 20 de fevereiro na ilha da Madeira provocou 52 mortos, centenas de desalojados e prejuízos materiais avaliados em 1.080 milhões de euros.

O Governo da Madeira, juntamente com donativos privados e seguradoras, suportaria 309 milhões, havendo uma candidatura de 31 milhões de euros do Fundo de Solidariedade, num total de 340 milhões.

Rui Gonçalves explicou que dos 1.080 milhões de euros totais previstos, a região recebeu, até 31 de dezembro de 2015, 565 milhões, sendo 428 milhões dos 740 milhões da responsabilidade do Estado. “Foram já aprovadas mais de 400 intervenções no âmbito da Lei de Meios espalhadas por todos os concelhos da ilha da Madeira”, apesar das limitações impostas pelo programa de ajustamento regional, declarou o governante.

Rui Gonçalves salientou que, na área da habitação, a Investimentos Habitacionais da Madeira (IHM) “apoiou 394 famílias, beneficiando mais de um milhar de madeirenses”. O responsável destacou que o programa de reconstrução “tem sido um processo totalmente transparente no que se refere à aplicação dos meios financeiros colocados à disposição”, admitindo que as obras “deslizaram no tempo”, devido a condicionantes financeiras e à complexidade das intervenções.

O governante complementou que “vão ser gastos os anos que forem necessários” neste processo, sublinhando que esta situação também “permite manter a atividade económica durante vários anos, garantindo emprego e trabalho para as empresas”.

Rui Gonçalves revelou, ainda, que “não foi possível executar no período do anterior quadro comunitário de apoio e transitou para o atual” o projeto de construção do Radar Meteorológico na região, estando, “neste momento, aprovado” e aguarda ratificação em Lisboa, assegurando que “iniciar-se-á este ano” com verbas do Governo Regional, do Orçamento de Estado e fundos europeus.

Intervindo também neste debate, o secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Europeus, Sérgio Marques, argumentou que, tendo em conta a dimensão e orografia da ilha, “não é possível deslocar as populações”, pelo que os madeirenses têm de “saber conviver com o risco de aluviões” e saber quais os “toleráveis e razoáveis”, informando que as cartas de risco da região, em elaboração, deverão estar concluídas ainda este ano.



Povo Livre

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALDEMOCRATA • Director: Vítor Crespo

Vida nova nas relações com a África de Língua portuguesa



FOTOGRAFIA HISTÓRICA EM SÃO BENTO: Cavaco Silva com os cinco ministros dos Negócios Estrangeiros dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, após o importante encontro que representa uma viragem nas relações de Portugal com aqueles Estados

O prof. Cavaco Silva afirmou que Portugal não tem nada a mudar a sua política relativamente aos cinco países africanos de língua oficial portuguesa.

Cavaco Silva falava aos jornalistas, após o encontro

com os ministros dos Negócios Estrangeiros dos cinco países africanos de língua oficial portuguesa, na mesma sala de São Bento em que os cinco deram a sua conferência de imprensa.

O primeiro-ministro fez um breve improviso sobre os resultados do encontro com os cinco, que, incluído o almoço, durou cerca de três horas.

Na intervenção, Cavaco Silva sublinhou a importância da visita dos cinco, referiu que esses cinco países e Portugal constituem

um grupo político e insistiu nas perspectivas de uma cooperação mais forte para o futuro.

Cavaco Silva declarou que temos feito tudo aquilo que está ao nosso alcance para impedir que grupos dirijam acções em Portugal contra os governos de An-

gola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe.

O primeiro-ministro frisou, no entanto, que existem limitações, nomeadamente, as que resultam do nosso regime democrático e da liberdade de imprensa em Portugal, que nem sem-

pre são bem compreendidas.

Acrescentou que o diálogo que teve com os cinco foi de abertura, franqueza e sem quaisquer complexos e dele ressaltou a vontade de esbater as nuvens que por vezes surgem no nosso relacionamento.

Mensagem de Chissano a Cavaco Silva

O Presidente moçambicano, Joaquim Chissano, reafirma o interesse dos cinco países africanos de língua oficial portuguesa no desenvolvimento da cooperação multiforme com Portugal, em mensagem entregue ao Primeiro-Ministro português.

A mensagem endereçada a Cavaco Silva por Chissano, na sua qualidade de Presidente em exercício do grupo dos Cinco, foi entregue pelo ministro moçambicano dos Negócios Estrangeiros, Pascoal Mucumbi, como coordenador da delegação dos chefes da diplomacia dos PALOP que se deslocou a Lisboa.

A entrega foi feita durante uma audiência de cerca de duas horas concedida pelo Primeiro-Ministro português aos ministros dos Negócios Estrangeiros de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe na sua residência oficial, a que se seguiram um almoço e um encontro dos cinco com a imprensa.

Os cinco acreditam profundamente que Portugal

tem um papel positivo a desenvolver quer no reforço da cooperação bilateral quer na difusão de uma imagem real da situação de desestabilização e de agressão promovida pela África do Sul, em particular, contra a República Popular de Angola e a República Popular de Moçambique, sublinha a carta.

A mensagem refere que os ministros dos cinco têm instruções dos seus chefes de Estado para transmitir a Cavaco Silva a situação prevalente em cada país, a desestabilização sul-africana e o desejo individual ou colectivo do incremento da cooperação com a República Portuguesa.

Espero, em nome dos Chefes de Estado de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e em meu próprio nome, que dará aos nossos ministros uma oportunidade para um diálogo que desde já antevejo frutuoso e em benefício da luta pela paz, estabilidade e cooperação entre os nossos países, concluiu Chissano.

Diálogo de abertura, franqueza e sem quaisquer complexos

— afirmou Cavaco Silva

Satisfação mútua

Os ministros português e moçambicano dos Negócios Estrangeiros manifestaram-se satisfeitos com os resultados obtidos pela missão em Lisboa dos chefes das diplomacias dos cinco países africanos de língua oficial portuguesa e expressaram o desejo de aumentar a cooperação.

Pires de Miranda, que falava pouco antes da partida do ministro moçambicano dos Negócios Estrangeiros, Pascoal Mucumbi, porta-voz dos PALOP reunidos em Lisboa, qualificou a deslocação como «muito positiva» e afirmou que «vão aumentar os contactos, o intercâmbio e a cooperação». «O relacionamento político normal e um incremento importante em todas as áreas, nomeadamente nas trocas comerciais, cultura e na

cooperação entre os cinco países e Portugal são do interesse mútuo e todos têm a ganhar com isso» — considerou Pires de Miranda.

Dizendo que a presença simultânea dos cinco ministros em Lisboa por si só «seria importante por claramente evidenciar esta realidade e, uma melhoria das relações com estes países», Pires de Miranda salientou que «o degelo nas relações só foi possível porque elas se passaram a processar de Estado a Estado».

«Respeitamo-nos mutuamente e não interferimos nos negócios internos uns dos outros», disse.

Considerando que «aquilo que nos une é mais importante do que o que nos divide», o ministro português acrescen-

tou que «Portugal não será, como não tem sido, plataforma onde se desenvolvem acções contra os cinco países».

«O que Portugal pode ser e será no futuro é uma plataforma diplomática importante e útil para acções internacionais a tomar pelos cinco e por Portugal».

Adiantou que durante os encontros mantidos na capital portuguesa, os ministros haviam abordado também as questões de Timor-Leste, África Austral, «apartheid», UNESCO e das Comemorações dos Descobrimientos Portugueses.

Por sua vez, Pascoal Mucumbi, que falava em nome dos ministros dos Estrangeiros dos PALOP, declarou que «partiam com o sentimento de

terem cumprido a missão de que foram incumbidos pelos seus chefes de Estado.

Agradeceu ao povo português, que qualificou como «garante da perenidade das relações», o calor, a hospitalidade e a amizade dispensados, bem como às autoridades portuguesas e às forças políticas com quem contactaram, «a compreensão e a determinação demonstradas e reafirmadas na luta contra o terrorismo, em particular na África Austral».

«Queremos ver desenvolvidas as nossas relações de cooperação», referiu.

«Esperamos que a nova página que se abriu seja o prelúdio de um maior reforço das relações de amizade com a República Portuguesa», concluiu o ministro.

CONVOCATÓRIAS DO PSD

Recepção

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt



ALMADA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Almada para reunir no próximo dia 16 de Abril de 2016, (sábado) pelas 14h30, na sede da Secção, sita na Rua da Liberdade nº38 A, com a seguinte Ordem de trabalho:

1- Eleição dos Órgãos de Secção - Mesa da Assembleia e Comissão Política de Secção

Nota

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral

- As urnas estão abertas das 15h00 às 20h00

BARCELOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção de Barcelos para reunir no próximo dia 16 de Abril de 2016, (sábado), pelas 15h00, na Sede, sita na Av. Alcaldes de Faria, 270, 1º D, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

Ponto Único -: Eleição da Mesa da Assembleia de Secção e da Comissão Política da Secção de Barcelos.

Nota

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na Sede da Secção que estará aberta, para o efeito, no terceiro e quarto dia anterior das 21h00 às 24h00.

- As urnas estão abertas das 15h00 às 23h00.

BRAGA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Braga para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 08 de Abril de 2016 (sexta-feira, pelas 21h30, no Hotel Mercure, - Braga, com a seguinte Ordem de trabalhos:

1 - Informações;

2 - Apreçar e aprovar as contas anuais de 2015 da Secção;

3 - Analisar a situação política local e nacional.

COIMBRA / DISTRICTAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital de Coimbra, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 21 de Março de 2016, (segunda-feira) pelas 21h00, na sede distrital, sita na Rua Lourenço Almeida Azevedo, nº 16, com a seguinte Ordem de Trabalhos

1 - Informações

2 - Aprovação da Moção a apresentar ao 36º Congresso do PSD

3 - Análise da situação política

4 - Aprovação das contas respeitantes ao ano de 2015

COIMBRA / DISTRICTAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e demais regulamentos aplicáveis, nomeadamente do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais, convocam-se todos os militantes do Distrito de Coimbra, dotados de capacidade eleitoral activa na respectiva Secção de inscrição em que militem, para reunirem no próximo dia 16 de Abril de 2016, (sábado), pelas 17h00, com a seguinte Ordem de trabalhos

Ponto único - Eleição dos Órgãos Distritais:

- Mesa da Assembleia Distrital;
- Comissão Política Distrital;
- Conselho de Jurisdição Distrital;
- Comissão Distrital de Auditoria Financeira;
- Delegados de Secção à Assembleia Distrital.

Notas

- As listas de candidatura para os Órgãos Distritais, deverão ser entregues ao Presidente da Assembleia Distrital, ou a quem estatutariamente o possa substituir, na Sede Distrital, sita, Rua Lourenço Almeida Azevedo, 16, em Coimbra, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As listas candidatas dos delegados das Secções devem ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

Devendo as sedes estarem abertas no mesmo horário.

Locais de Votação

Arganil - Sede - Largo Padre Manuel Vasconcelos

Cantanhede - Sede - Praça Marquês de Marialva, Edifício Rossio, 2º- sala 11

Coimbra - Sede - Rua Lourenço Almeida Azevedo, 16; Condeixa-a-Nova - Casa do Povo de Condeixa-a-Nova Figueira da Foz - Sede - Rua da Liberdade, nº6; Góis - Sede - Rua Irmãos Bandeira, nº3

Lousã - Auditório da Biblioteca Municipal da Lousã

Mira - Sede - Av. 25 de Abril, Galerias de Mira

Miranda do Corvo - Sede - Rua Belizário Pimenta

Montemor-o-Velho - Sede - Rua Dr. José Galvão, 106

Oliveira do Hospital - Sede - Rua António Canastrinha, nº1-B

Pampilhosa da Serra - Sede - Estradas dos Lobatos, s/n

Penacova - Sede - Edifício Penedo Raso, r/c

Penela - Salão dos Bombeiros Voluntário de Penela

Soure - Auditório da Biblioteca Municipal de Soure

Tábua - Sede - Rua Dr. Castanheira Figueiredo

Vila Nova de Poiares - Sede - Av. Manuel Carvalho Coelho.

- As urnas estarão abertas em todas as secções, das 17H00 às 22H00.

ÉVORA / DISTRICTAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital de Évora, para reunir, no próximo dia 21 de Março de 2016, (segunda-feira) pelas 21h00, na sede distrital, sita na Rua Cândido dos Reis, nº 48, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1 - Informações

2 - Plano de actividades 2016

3 - Orçamento 2016

4 - Aprovação das contas 2015

5 - Proposta temática ao 36º Congresso do PSD

6 - Preparação da participação no 36º Congresso do PSD

7 - Análise da situação política

MATOSINHOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Matosinhos, para reunir, no próximo dia 18 de Março de 2016, (sexta-feira) pelas 21h30, na sede da Junta de Freguesia de São Mamede de Infesta, sita na Rua Silva Brinco, s/n, com a seguinte Ordem de Trabalhos

1 - Apresentação, discussão e aprovação das contas referentes ao ano de 2015

2 - Análise da situação política - partidária

3 - Outros assuntos de interesse dos militantes, sem carácter deliberativo

MELGAÇO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção de Melgaço para reunir, no próximo dia 16 de Abril de 2016, (sábado), pelas 14h30, na Praça do Ribeiro do Porto, nº 1, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

Ponto Único - Eleição dos órgãos da Secção

Mesa da Assembleia de Secção

Comissão Política da Secção de Barcelos.

Nota

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na Sede da Secção que estará aberta, para o efeito, no terceiro e quarto dia anterior das 21h00 às 24h00.

- As urnas estão abertas das 14h30 às 19h00.

MONTALEGRE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia da Secção de Montalegre, para uma reunir, em sessão extraordinária, no próximo dia 23 de Abril de 2016, (sábado) pelas 14h30 no Edifício Cabrilho, sito na Praça Europa, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único - Eleição dos órgãos da secção

- a)- Comissão Política de Secção

- b) - Mesa da Assembleia de Secção

Nota

- As listas de candidatura devem ser entregues ao Presidente da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 horas do terceiro dia anterior ao do acto eleitoral.

- As urnas estão abertas das 14h30 às 17h00

ODIVELAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Odivelas para reunir no próximo dia 30 de Março de 2016, (quarta-feira), pelas 21h00, na sede, sita na Rua Combatentes do Ultramar, 20 B, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

1.- Apresentação, discussão e aprovação das Contas relativas a 2015.

2 - Apresentação, discussão e aprovação do Orçamento para 2016.

OLIVEIRA DO HOSPITAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Oliveira do Hospital, para reunir no próximo dia 14 de Maio de 2016, (sábado) pelas 16h00, na sede, sita na Rua António Canastrinha, Lote 12 - nº 1 - 1º B, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

Ponto único - Eleição da Comissão Política de Secção e Mesa da Assembleia de Secção

Nota

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral (dia 11)

- As urnas estão abertas das 16h00 às 20h00.

PAREDES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Paredes para reunir no próximo dia 31 de Março de 2016, (quinta-feira), pelas 21h00, na sede, sita na Rua 1º de Dezembro, nº 43, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

1.- Informações gerais

2 - Apresentação, discussão e votação das contas 2015.

2 - Análise da situação político-partidária

PORTALEGRE / DISTRITAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital de Portalegre, para reunir em sessão extraordinária, no próximo dia 21 de Março de 2016, (segunda-feira) pelas 21h00, na sede distrital, sita na Rua dos Combatentes da Grande Guerra, 17, com a seguinte

- Ordem de Trabalhos
 1 – Informações
 2 – 36º Congresso Nacional do PSD
 3 – Análise da situação política

PÓVOA DE LANHOSO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção da Póvoa de Lanhoso para reunir, no próximo dia 16 de Abril de 2016, (sábado), pelas 14h30, na sede sita na Rua Comandante Luis Pinto da Silva, com a seguinte

- Ordem de Trabalhos
 1 – Aprovação do orçamento para o ano de 2016 e das contas referentes a 2015, nos termos da alínea d), nº 2, do artº 53º dos Estatutos
 2 – Análise da situação política

**S. BRÁS DE ALPORTEL
ALTERAÇÃO DE DATA**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a assembleia da Secção de S. Brás de Alportel, para reunir no próximo dia 29 de Março de 2016, (terça-feira) pelas 21h00, na sede, sita na Rua Poeta Bernardo Passos, nº 29/31, com a seguinte

- Ordem de Trabalhos
 1 – Início do processo autárquico 2017/2021
 2 – Outros assuntos

SANTA COMBA DÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Santa Comba Dão, para reunir no próximo dia 21 de Março de 2016, (segunda-Feira), pelas 20h00, na sede, sita à Rua Gago Coutinho, nº 12, com a seguinte;

- Ordem de trabalhos
 1 - Informações;
 2 - Apresentação, discussão e votação do relatório de contas de 2015;
 3 - Outros assuntos de interesse para a organização.

SÃO JOÃO DA PESQUEIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a assembleia da Secção de São João da Pesqueira, para reunir no próximo dia 16 de Março de 2016, (quarta-feira) pelas 18h30, no Auditório da Biblioteca Municipal de São João da Pesqueira, com a seguinte

- Ordem de Trabalhos
 1 – Aprovação do relatório e contas de 2015
 2 – Apresentação, discussão e aprovação do plano de actividades e orçamento para 2016
 3 – Apresentação dos delegados ao 36º Congresso Nacional do PSD
 4 – Outros assuntos de interesse

TORRES NOVAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Torres Novas, para reunir no próximo dia 16 de Abril de 2016, (sábado) pelas 14h00, na sede, sita na Rua do Conde, 38 – 1º Liberdade nº38 A, com a seguinte

- Ordem de trabalho:
 1 - Eleição da Mesa da Assembleia de Secção
 2 – Eleição da Comissão Política de Secção
 Nota
 - As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral
 - As urnas estão abertas das 14h00 às 18h00

**(ESTA CONVOCATÓRIA PERTENCE
AO POVO LIVRE ANTERIOR)
OEIRAS**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD Oeiras a reunir no próximo dia 20 de Março de 2016, pelas 18:30, na sede concelhia do PSD Oeiras sita no Largo Avião Lusitânia, nº15, 2780-803, Oeiras, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1- Informações relativas ao trabalho dos órgãos concelhios da JSD Oeiras;
 2 - Análise da Situação Política;
 3 – Outros Assuntos.

MARCO DE CANAVESES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da Juventude Social Democrata e regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário da concelhia da Juventude Social Democrata de Marco de Canaveses para reunir no dia 16 de Abril de 2016, pelas 22 horas, na sede do PSD Marco de Canaveses, sita no Largo Sacadura Cabral, 10 – 4630-219 Marco de Canaveses, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário da JSD Marco de Canaveses

Notas:

As urnas estarão abertas das 22 horas às 24 horas.
 As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Conselho Distrital do Porto, ou a quem estatutariamente o substitua, na sede concelhia do PSD Marco de Canaveses, sita no Largo Sacadura Cabral, 10 – 4630-219 Marco de Canaveses, até às 23h59m horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, respeitando as normas estatutárias e regulamentares da JSD.

**(ESTA CONVOCATÓRIA PERTENCE
AO POVO LIVRE ANTERIOR)
PAREDES**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, e regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário da concelhia da JSD de Paredes para reunir no dia 8 de Abril de 2016, pelas 21 horas, na Sede da JSD Paredes, sita na Rua 1.º de Dezembro, s/n, Paredes, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política Concelhia de Paredes.

Notas:

As urnas estarão abertas das 21 horas às 23h59m.
 As listas deverão ser entregues à Presidente da Mesa da Assembleia ou a quem estatutariamente o substitua, na morada supra citada, até às 23h59m horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, respeitando as normas estatutárias e regulamentares da JSD.

**(ESTA CONVOCATÓRIA PERTENCE
AO POVO LIVRE ANTERIOR)
SANTO TIRSO**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, e regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário da concelhia da JSD de Santo Tirso para reunir no dia 8 de Abril de 2016, pelas 21 horas, no Largo Coronel Baptista Coelho, nº 21, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política Concelhia de Santo Tirso.

Notas:

As urnas estarão abertas das 19h00m às 21 horas.
 As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia ou a quem estatutariamente o substitua, sita na morada supra citada, até às 23h59m horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, respeitando as normas estatutárias e regulamentares da JSD.